

A INTERTEXTUALIDADE DO CONCEITO DE ‘DIÇÃO’ (*DICTIO*) NAS GRAMÁTICAS DE NEBRIJA (1492), FERNÃO DE OLIVEIRA (1536), JOÃO DE BARROS (1540) E DE JOSÉ DE ANCHIETA (1595): UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA

Leonardo Ferreira Kaltner 

Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

Este artigo analisa o conceito de dição (*dictio*) em quatro gramáticas fundamentais dos séculos XV e XVI – a *Grammatica Castellana* (1492), de Antonio de Nebrija; a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira; a *Gramática da língua portuguesa* (1540), de João de Barros; e a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta – a partir do quadro teórico da Historiografia da Linguística. Ancorado no modelo koerneriano e na noção de ‘clima de opinião’, o estudo examina a função meta-linguística da dição como unidade mínima dotada de significado e como instrumento da prática etimológica humanista.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia da linguística, gramaticografia, metalinguagem, dição, renascimento linguístico.

THE INTERTEXTUALITY OF THE CONCEPT OF ‘DICTION’ (*DICTIO*)
IN THE GRAMMARS OF ANTONIO DE NEBRIJA (1492), FERNÃO DE OLIVEIRA (1536),
JOÃO DE BARROS (1540), AND JOSÉ DE ANCHIETA (1595): A HISTORIOGRAPHICAL READING

ABSTRACT

This article examines the concept of diction (*dictio*) as employed in four foundational grammars from the fifteenth and sixteenth centuries: Antonio de Nebrija’s *Grammatica Castellana* (1492), Fernão de Oliveira’s *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), João de Barros’s *Gramática da língua portuguesa* (1540), and José de Anchieta’s *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595). Drawing on the theoretical framework of Linguistic Historiography, particularly the Koernerian model and the notion of ‘climate of opinion’, the study explores the metalinguistic role of *dictio* as the minimal meaningful unit and as a tool of humanist etymological practice.

KEYWORDS: linguistic historiography, grammar writing, metalanguage, diction, renaissance linguistics.

DOI: <https://doi.org/10.25145/j.fortunat.2026.43.04>

FORTVNATAE, Nº 43; 2026 (1), pp. 69-85; ISSN: e-2530-8343

Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)



1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Historiografia da Linguística (HL) no Brasil ocupa-se em suas três principais linhas de pesquisa: a Gramaticografia, a história da gramática e a Linguística Missionária, com a história da produção de saberes linguísticos em contextos sociais e históricos específicos, para a reconstituição do «ideário linguístico» (Batista, 2019; Swiggers, 2013), como os contextos coloniais quinhentistas ibérico e luso-brasileiro, tema específico do artigo (Zwartjes, 2011; Kaltner, 2020). Dentro dessa fundamentação teórica, selecionamos três gramáticas para analisar a intertextualidade no emprego do conceito de ‘dição’, as gramáticas de: Antonio de Nebrija (1444-1522), a *Grammatica Castellana* (1492), de Fernão de Oliveira (1507-1581), a *Grammatica da linguagem portuguesa* (1536), de João de Barros (1496-1570), a *Gramática da língua portuguesa* (1540), e de José de Anchieta (1534-1597), a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595). As gramáticas dos séculos XV e XVI são objetos de estudos elegíveis para se analisar a história do pensamento linguístico no contexto luso-brasileiro pelo modelo de análise koerneriano (Koerner, 1996; 2014), tendo sido assim selecionadas para esse estudo.

Konrad Koerner (2014) no célebre ensaio: *O problema da metalinguagem na historiografia linguística*, publicado no livro *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*, debate a questão da análise do pensamento linguístico pela metalinguagem, um conceito teórico empregado na HL. A metalinguagem caracterizada pela forma como o conhecimento linguístico se organiza é um ponto central para se compreender os documentos históricos linguísticos, como as gramáticas dos séculos XV e XVI. De acordo com o método de Koerner, este deve ser o procedimento para se tratar as teorias linguísticas do passado:

Quando trata de determinado assunto no âmbito da história da linguística, o historiógrafo não pode fugir à questão, especialmente quando, ao discutir teorias de períodos passados, estiver ao mesmo tempo a tentar torná-las acessíveis ao leitor do presente e a tentar não distorcer a intenção e significado originais. A menos que o único objetivo do historiógrafo seja colecionar antiguidades, isto é, descrever conceitos desenvolvidos há muitos anos atrás unicamente nos próprios termos utilizados, ele será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise. Este procedimento, entretanto, tem levado a inúmeras sérias distorções na historiografia linguística e qualquer historiógrafo perspicaz deve perceber as armadilhas e voltar-se para a questão da ‘metalinguagem’, isto é, a linguagem empregue para descrever ideias passadas sobre linguagem e linguística. Embora não exista uma solução fácil para o problema – de uma maneira geral, não se pode esperar que o historiógrafo fuja completamente ao presente e ainda tenha uma audiência garantida –, é importante que ele considere a forma como aborda o assunto (Koerner, 2014: 76).

A fim de delimitar o objeto de análise, optamos no artigo por um objeto de estudos específico: o conceito que é designado pelos termos generalistas *dición* / *diçam* / *dição* (*dictio* em latim) (Nebrija, 1492; Oliveira, 1536; Barros, 1540; Anchieta, 1595), o que pode demonstrar uma possível intertextualidade na metalinguagem das gramáticas supracitadas. Nosso intuito é analisar se há alguma variação teórica



ou conceitual no emprego da terminologia pelos gramáticos supracitados, por uma leitura das fontes primárias e interpretação da presença dos termos em suas respectivas gramáticas respectivas. Essa comparação pode revelar uma possível intertextualidade entre as obras, e mesmo favorecer a uma análise da gramática de Anchieta, a que teve publicação mais tardia nesse *corpus* e a única escrita no Brasil no século XVI, nosso principal objeto de interesses.

O termo ‘dição’ está em desuso atualmente na tradição gramatical de língua portuguesa, sendo preferidos os conceitos de vocábulo, palavra e mesmo ‘item lexical’ (Bechara, 2009) com valor próximo, mas ainda assim também generalistas, o que guarda uma certa equivalência entre os seus empregos para representar uma unidade semântica, ou de significado. Outro fato digno de nota é que as obras gramaticais de Nebrija, de Oliveira e de Barros estão no ‘horizonte de retrospectão’ (Auroux, 1986) de Anchieta devido a diversos fatores históricos, como a estadia do missionário jesuíta no Colégio das Artes de Coimbra entre 1548 e 1553, e a relação entre as obras gramaticais pode ser analisada sob este viés (Kaltner, 2020). Outro argumento forte para essa hipótese sobre a relação intertextual entre as gramáticas está no emprego de uma metalinguagem em língua portuguesa por Anchieta para a redação de sua gramática missionária sobre a língua tupinambá. Afinal, o gramático missionário poderia ter tido como exemplo a metalinguagem da obra gramatical de Nebrija e a metalinguagem em língua portuguesa já traduzida por Oliveira e Barros, que também sofreram influência da mesma fonte, de Nebrija. Ao mesclar metatermos em português e latim para a sua descrição gramatical, Anchieta demonstra que o processo de tradução e adaptação da metalinguagem latina para as línguas românicas ainda era um processo em desenvolvimento.

Selecionamos, por esse motivo, o conceito de ‘dição’ (*dictio*) para o presente estudo, pelo fato de ser citado em versão vernácula por Nebrija, em castelhano, e por Oliveira e Barros, em português, e em latim e em português por Anchieta, em suas terminologias gramaticais. Ao mesmo tempo este é também um termo central para a metalinguagem gramatical do período em que predominou a gramática latina dos humanistas e as primeiras gramáticas vernaculares que eram traduções e adaptações de gramáticas latinas como a *Grammatica Castellana* (1492) de Nebrija, a pedra angular dessa revolução tecnológica do pensamento linguístico. Esse período histórico ficou conhecido como a segunda onda da revolução tecnológica de gramatização, segundo o modelo teórico de Auroux (1992), e foi o contexto de produção tanto das gramáticas de Oliveira e de Barros, quanto de Anchieta, enquadrando-se no que Koerner (2014) teorizou como ‘clima de opinião’ de uma renovação gramatical, no contexto humanismo renascentista europeu dos séculos XV e XVI.

2. O CONCEITO DE *DICIÓN* NA GRAMÁTICA DE NEBRIJA

Na obra gramatical de Nebrija (1492), a *Grammatica Castellana*, o livro terceiro é integralmente dedicado ao tema e apresenta o seguinte título: *Libro tercero, que es de la etimología et dición*. Já o primeiro capítulo do livro terceiro é intitulado: *Capítulo 1, de las diez partes de la oración que tiene la Lengua castellana* e contém uma



definição do conceito de *dición* (Nebrija, 1992 [1492]: fol. 27v-28r). A partir dessa definição de *dición* do gramático humanista do reino de Castela, temos uma visão geral de como o conceito foi traduzido e adaptado para as línguas vernáculas românicas, e de certa forma, Nebrija desenvolveu um arquétipo teórico, e sobretudo terminológico, em que as gramáticas humanísticas ibéricas posteriores, como as de Oliveira, Barros e de Anchieta, podem ter aderido. O conceito de *dición* apresenta-se como um instrumento para a investigação dos significados na língua, o que ocorria no campo teórico da etimologia na gramática dos humanistas.

Em uma recente e fundamental obra sobre o pensamento linguístico de Nebrija, intitulada *Antonio de Lebrixa Grammatico en su medio milenio*, de José Asencio e Carmen van den Berghe (2022), Marisa Curiel (2022: 167-201) debate o tema específico do emprego do termo *dición* por Nebrija. As reflexões de Curiel (2022) servem como norteadoras para a interpretação de como o termo foi traduzido e adaptado do latim pelo gramático de Castela:

Desde esta perspectiva, *etymologia* (término con el que Nebrija sigue a los gramáticos griegos) o *verdad de palabra* (denominación que él propone) entronca con los significados que la baja Edad Media otorga a este vocablo una vez que ha abandonado su sentido clásico, «ciencia que estudia el origen de las palabras», para adquirir connotaciones más amplias en referencia a la parte de la gramática que «estudia las palabras como elementos del enunciado (*partes orationis*) y las propiedades de éstas (*accidentia*), es decir, todo lo relativo a la forma de la palabra» (Carmen Lozano 2011:79, nota 1). Con este sentido se acerca al concepto actual de Morfología, vinculado también con la Morfosintaxis, que para el sevillano representaba el estudio del «verdadero nacimiento de las dicesiones con los otros accidentes», y que, en la *Gramática Castellana*, interpreta según una deducción etimológica muy sencilla: «Dición se llama así, por que se dize; como si más clara mente la quisiésemos llamar palabra; pues ia la palabra no es otra cosa sino parte de la oración» (*GLC*: 75) (Curiel, 2022: 169).

Vejam, inicialmente, a citação da gramática de Nebrija, a fonte primária, dividida em quatro partes, seguidas de comentários:

Síguese el tercero libro de la Gramática, que es de la *dición*, a la cual, como diximos en el comienzo desta obra, responde la Etimología. *Dición* se llama así, por que se dize; como si más clara mente la quisiésemos llamar palabra; pues ia la palabra no es otra cosa sino parte de la oración (Nebrija, 1992 [1492]: fol. 28r).

Nebrija apresenta no início do capítulo uma definição do conceito de *dición* que pode ser compreendido inicialmente em sua relação com outro conceito de um campo teórico e de uma prática especulativa filosófica e gramatical, o de *Etimología*. Logo a *dición* é um conceito instrumental para a prática da análise etimológica, a ciência (*lógos*) que estuda o significado ‘real’ (*étymon*) das palavras que investiga as suas ‘essências’. Essa prática etimológica já era um ato de saber à época do gramático humanista, tendo sido iniciada na Antiguidade com os gregos, e sistematizada por Aristóteles em sua lógica, no cânon do *Órganon*. Porém, uma obra que auxiliou na popularização do tema da etimologia e a continuidade de sua prática no



contexto ocidental foi as *Etymologiae*, ou *Origines*, de S. Isidoro de Sevilha (c. 560-636), texto medieval que foi reeditado no contexto renascentista, e muito provavelmente influenciou a teoria gramatical dos humanistas. O pensamento linguístico relacionado à etimologia vinculava-se à unidade mínima da *dictio*, para o estudo do significado ‘real’, o ‘*étymon*’, um tema que ia também se tornando relevante à medida em que o repertório de línguas eram gramatizadas, isto é, em que se traduzia a gramática latina para as línguas naturais, de um modo geral, no contexto ocidental. A etimologia permitiu, inicialmente, a comparação entre as línguas grega e latina a partir de palavras próximas, ou com o significado próximo, ao mesmo tempo aprimorou a descrição gramatical, ao abrir o debate sobre a ‘analogia’ e a ‘anomalia’ na regularidade das línguas, o que Nebrija adota (Curiel, 2022). Note-se que Nebrija consagra o emprego de *palabra*, que é empregado até os dias de hoje no lugar de *dición*, que ficou mais presente no termo ‘dicionário’ em língua portuguesa.

A definição de Nebrija de *dición* é bem objetiva: «Dición se llama assí, por que se dize; como si más clara mente la quisiésemos llamar palabra; pues ia la palabra no es otra cosa sino parte de la oración» (Nebrija, 1992 [1492]: *fol.* 28r). Como nota Curiel (2022), a terminologia *dición* estava de um modo generalista vinculada às ‘partes da oração’, isto é, é como um termo relativo às demais partes da oração específicas. Esse conceito de *dición* que deriva da forma como se ‘diz’ a língua está voltado a uma oralidade, ao processo pelo qual o gramático busca compreender os significados ainda pela fala até que se estabeleça nas partes da oração o sistema escrito das palavras.

Na sequência de sua argumentação, Nebrija retoma o debate da etimologia no contexto do pensamento filosófico e gramatical greco-latino:

Los griegos comúnmente distinguen ocho partes de la oración: nombre, pronombre, artículo, verbo, participio, preposición, adverbio, conjunción. Los latinos no tienen artículo, mas distinguen la interjección del adverbio, et assí, hazen otras ocho partes de la oración: nombre, pronombre, verbo, participio, preposición, adverbio, conjunción, interjección (Nebrija, 1992 [1492]: *fol.* 28r).

O gramático humanista apresenta as categorias específicas, as *species* da *dición*, que derivam de duas fontes: a gramática grega e a gramática latina (Curiel, 2022). Essa taxionomia, por sua vez, deriva da etimologia como prática gramatical, que investiga o *étymon* de uma *dictio*, isto é, o significado ‘real’ de uma palavra. Tradicionalmente, a prática escrita ocidental passou a grafar com espaços as palavras a partir de seu valor etimológico, isto é, uma *dictio* não pode ser escrita junto com outra *dictio*, são unidades de escrita, enquanto letras e sílabas podem ser escritas agrupadas. Portanto, para que uma palavra possa ser escrita isoladamente ela precisa se enquadrar em uma das categorias das *dictiones*, como nome, verbo, advérbio etc. Note-se que o sistema grego e o latino divergiam em duas categorias: *artículo* e *interjección*, mas mantinham um número de elementos similar.

Após apresentar o sistema etimológico greco-latino, que define as *ocho partes de la oración* em que a *dición* se categoriza, Nebrija aponta como o sistema será adaptado para a língua de Castela:



Nosotros, con los griegos, no distinguiremos la interjección del adverbio, et añadiremos con el artículo el gerundio, el cual no tienen los griegos, et el nombre participial infinito, el cual no tienen los griegos ni latinos. Assí que serán por todas, diez partes de la oración en el castellano: nombre, pronombre, artículo, verbo, participio, gerundio, nombre participial infinito, preposición, adverbio, conjunción (Nebrija, 1992 [1492]: fol. 28r).

A divergência entre os sistemas da gramática grega e da gramática latina permitem ao gramático humanista interferir no sistema etimológico de classificação da *dición* em castelhano, o que permite a reestruturação do sistema e a sua reorganização em dez partes da oração. Note-se que o conceito designado pelo metatermo *dición* é sempre generalista para Nebrija, um fato que se repete nos outros gramáticos analisados, em que se reconhece uma unidade de significado da *dición* em uma dada língua particular. Esse conceito generalista é empregado até que se determine qual o tipo de dição é aquele dado item lexical, ou seja, em qual parte da oração pode ser categorizado. Por exemplo, ao citar o caso das interjeições em castelhano, Nebrija afirma que «*Nosotros, con los griegos, no distinguiremos la interjección del adverbio*», logo as palavras consideradas interjeição em língua portuguesa, ou mesmo latina, seriam consideradas advérbios pelo gramático humanista.

Nesse sentido, vemos dois processos linguísticos diferentes ao reconhecer uma *dición*: (1) primeiro o reconhecimento de seu valor como unidade com significado, como signo, (2) em seguida a sua categorização como parte da oração, pois toda *dición* precisa estar necessariamente vinculada a uma categoria, a uma das partes da oração, logo o conceito de *dición* está atrelado tanto a critérios semânticos quanto morfológicos (Curiel, 2022). Essa tarefa de categorização da *dición* em partes da oração era uma prática da etimologia, como a ‘ciência’ que isolava os termos oracionais, as partes da oração, e as agrupava em um eixo de categorias abstratas. Esse sistema não era próprio para cada língua, mas derivado dos modelos gramaticais greco-latinos e dele adaptados.

Por fim, após definir o que era *dición* e categorizar os tipos, o gramático humanista seguia para a definição de cada categoria de uma das dez partes da oração, os conceitos mais específicos da etimologia da gramática humanística: «Destas diez partes de la oración diremos agora por orden en particular, et primera mente del nombre» (Nebrija, 1992 [1492]: fol. 28r). O nome é a primeira das partes da oração a ser investigada.

Na gramática castelhana de Nebrija, na gramaticografia anterior e na posterior, essa primazia do nome sobre outras partes da oração é também um fato digno de se notar, tendo em vista que a nominalização das outras partes da oração é um processo que permite definir o valor, ou o significado, de cada uma dessas partes. Nebrija define nome do seguinte modo: «Nombre es una de las diez partes de la oración, que se declina por casos, sin tiempos, et significa cuerpo o cosa» (Nebrija, 1992 [1492]: fol. 28r). Quando o gramático define que o nome significa um corpo ou uma coisa, de acordo com a tradição gramatical greco-latina, está afirmando que todo o conjunto de fenômenos, toda realidade, pode ser nominalizada, afinal se algo existe é um corpo material, um objeto físico, ou uma coisa imaterial, um objeto



metafísico. De qualquer modo, significar algo, isto é, converter algo em signo, se dá pelo processo de se criar uma *dición*. Intrinsecamente, toda *dición* pode ser nominalizada, e todo corpo material ou coisa imaterial pode ser convertida em um signo, ou significar, o que demonstra que os conceitos de *dición*, *nombre*, *cuerpo* e *cosa* são interligados, e a base da semântica dos séculos XV e XVI.

3. O CONCEITO DE ‘DIÇÃO’ NA GRAMÁTICA DE OLIVEIRA E ‘DIÇAM’ NA GRAMÁTICA DE BARROS

O conceito de ‘dição’ é registrado nas duas primeiras gramáticas de língua portuguesa, a de Fernão de Oliveira (1529) e a de João de Barros (1540) (Buescu, 1984; Marçalo, 2008). Na primeira gramática, a terminologia empregada é *dição*; e já na segunda é *diçam*, ora grafado *dicam*. Ambas as gramáticas parecem ter tido em Nebrija uma referência para a tradução e adaptação do conceito gramatical latino em uma terminologia de língua portuguesa, e não apresentam uma grande divergência do que foi apresentado na gramática da língua de Castela.

A teoria de *dição* apresentada por Oliveira (1536) é mais completa e complexa, quando comparada a João de Barros (1540) ocupando diversos capítulos da sua gramática. Vejamos um excerto, do capítulo XXX da obra:

Capitulo .xxx. Das dições.

Dição vocabolo: ou palaura: tudo quer dizer hũa cousa: e podemos assi dar sua definiçã. Palaura e voz que senifica cousa ou auto ou modo: cousa como artigo e nome auto como verbo modo como qualquer outra parte da oraçõ as quaes como sinificão e que cousas: autos ou modos são estes que sinificão diloemos ã outra parte onde falaremos das partes da oraçõ. Agora aqui não falamos das palauras se não em quanto são vozes: e por tâto so dizemos das cõdições da voz e escritura dessas palauras: as quaes hão de ter ã si ajütamẽto de syllabas assi como as syllabas se ajütão de letras. Mas cõ tudo tâbẽ pode ser a palaura d’hũa so syllaba ou letra: como pão hũa so sillaba e .e. terceira pessoa do verbo sustãtiuio hũa so letra: O que primeiro nestas auemos dolhar: e o seu fũdamẽto e dôde vierão a que os gregos chamão como dissemos etimologia: e esta diuidimos ã nossa. alhea. e comũ. porque as dições cuja etimologia aqui buscamos ou são nossas proprias: como castiçal. janela. panela. ou alheas como ditõgo açeto picote.alquiçe: ou comũs como mesa. çapato: e cada hũas destas ou são apartadas como fazer ou jũtas como cõtrafazer. ou são velhas como ruão / cõpgar / çicais ou nouas cõmo peita e arcabuz. ou usadas como rãda / sisa casa / corda. Ou tâbẽ são proprias como liuro porque lemos ou mudadas como liuro estromẽto de musica ou são premeiras como liuro: ou tiradas como liureiro e liuraria: de todas estas e de cada hũa dellas veremos agora (Oliveira, 1536: fol. 18v).

Fernão de Oliveira apresenta uma terminologia muito próxima da de Nebrija para traduzir e adaptar o conceito, que flutua entre três termos *dição*, *vocabolo* e *palaura*: «Dição vocabolo: ou palaura: tudo quer dizer hũa cousa» (Oliveira, 1536), com equivalência terminológica nesse momento fundacional de uma metalinguagem em língua portuguesa. Note-se que o termo *cousa* significa uma ideia abstrata para



Oliveira, assim como para Nebrija, *pois dizer hũa cousa* equivale a significar algo que não é necessariamente um ‘corpo’ material. Na sequência de sua argumentação, Oliveira apresenta uma definição do que é *dição*: «Palaura e voz que senifica cousa ou auto ou modo: cousa como artigo e nome auto como verbo modo como qualquer outra parte da oração as quaes como sinificação». Aqui neste passo, Oliveira inova ao definir que *dição* é composta de palavra e voz, que significa *cousa*, *auto* ou *modo*. A definição de *cousa* é o par artigo e nome, enquanto *auto* é o verbo, já os *modos* são as outras partes da oração. Essa divisão tripartite não é encontrada nos outros gramáticos que são *corpus* do artigo.

Oliveira parte do pressuposto que a ‘dição’ é uma entidade oral, isto é, da fala: «Agora aqui não falamos das palauras se não em quanto são vozes: e por tãto so dizemos das condições da voz e escritura dessas palauras», mas como as palavras em língua portuguesa podem passar a ter ‘escritura’ também podem ser decompostas em sílabas e letras: «as quaes hão de ter ã si ajütamêto de syllabas assi como as syllabas se ajütão de letras», o que as torna objetos da ciência gramatical.

Depois de transcritas da fala, divididas em sílabas e em letras, as palavras passam por outro processo na gramatização para Oliveira, a ‘etimologia’: «O que primeiro nestas auemos dolhar: e o seu fũdamêto e dôde vierão a que os gregos chamão como dissemos etimologia: e esta diuidimos ã nossa. alhea. e comũ». O gramático explica que a ‘etimologia’ é o ‘fũdamêto’ das palavras, que descreve ‘dôde vierão’, isto é, a sua origem. Esse processo de pesquisa etimológica pode ser considerada uma metodologia para a gramatização. A ‘etimologia’ para Oliveira é dividida em três tipos: «e esta diuidimos ã nossa. alhea. e comũ», a ‘nossa’, ‘alhea’ e ‘comũ’. Note-se que à primeira vista este processo parece apresentar uma comparação entre línguas que já possuem sistema de escrita, como o latim e grego, por exemplo, e no contexto de Oliveira outras línguas românicas, como o castelhano. Essa interpretação segue o passo seguinte, em que o gramático apresenta os exemplos de sua teoria etimológica: «porque as dições cuja etimologia aqui buscamos ou são nossas proprias: como castiçal. janela. panela. ou alheas como ditôgo açêto picote.alquiçe: ou comũs como mesa. çapato». As ‘dições’ próprias são aquelas específicas da língua portuguesa, as ‘alheas’ derivam de línguas conhecidas, e as ‘comũs’ são encontradas em outras línguas, como o castelhano.

As ‘dições’ ainda podem ser para Oliveira: ‘apartadas’ ou ‘jũtas’, que apresenta um exemplo: ‘fazer’ e ‘cõtrafazer’, um fato morfológico que atualmente é tratado no plano de composição de palavras, e costuma ser descrito nas gramáticas contemporâneas no Brasil como vocábulos simples e compostos (Bechara, 2009). Outra distinção feita por Oliveira está nas ‘dições’ velhas e novas, que são marcas temporais, ou diacrônicas por adequação teórica: «ou são velhas como ruão / cõpgar / çicais ou nouas cõmo peita e arcabuz», havendo ainda as ‘dições’ usadas: «ou usadas como rêda / sisa casa / corda», isto é, ‘dições’ que são muito antigas, mas ainda estão em uso.

Por fim, Oliveira apresenta mais duas especificidades, as ‘dições’ próprias e as mudadas, isto é, aquelas que possuem um significado original etimológico, e outras que sofrem modificações semânticas ao longo do tempo e do uso: «Ou tãbẽ são proprias como liuro porque lemos ou mudadas como liuro estromêto de musica; e as ‘dições’ primeiras ou ‘tiradas’: «ou são premeiras como liuro: ou tiradas como



liureiro e liuraria», isto é, ‘dições’ primitivas e derivadas, de acordo com as gramáticas contemporâneas no Brasil (Bechara, 2009). Podemos notar que a gramática de Fernão de Oliveira (1536) por ser pioneira ainda apresenta uma indefinição em certos modelos da descrição gramatical, mas apresenta em sua inovação um esforço de constituir uma metalinguagem em língua portuguesa e sobre a língua portuguesa, o que abre margem para o desenvolvimento de uma gramaticografia da língua mais centrada na pedagogia e no ensino de gramática (Buescu, 1984), o que ocorre na obra de João de Barros (1540), que analisamos a seguir.

A terminologia ‘diçam’ é empregada por João de Barros (1540) para traduzir o termo latino *dictio*, mas a sua definição teórica na gramática de 1540 é bem mais simples do que a de Fernão de Oliveira (1536), o que aparenta apresentar um caráter pedagógico em sua percepção do texto gramatical. Assim como para Oliveira (1536), o conceito de ‘diçam’ é muito relevante para Barros, o que é uma das marcas da gramaticografia portuguesa quinhentista, que seguiu, de certo modo, a doutrina gramatical de Nebrija (1492). Para Barros (1540) o conceito de ‘diçam’ em si caracterizava também uma das partes da gramática, a sua terceira parte, que era vinculada também à etimologia como em Nebrija (1492), estando acima dos conceitos de letra e sílaba, e abaixo do conceito de oração. É a oração o último o limite da gramática dos humanistas que seguiam o modelo greco-latino (Buescu, 1984). Neste sentido, há uma continuidade do pensamento linguístico de Nebrija (1492) nos gramáticos de língua portuguesa do século XVI.

Nas célebres palavras de Barros sobre a divisão da gramática pelos antigos romanos, temos:

Os quães pártem a sua Grammatica em quarto pártes, ã Ortografia, que tráta de letera, em Prosodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cóstruçã, á imitaçã dos quães, (por termos as suas pártes,) diuídímos a nóssa Grãmatica (Barros, 1540: *fol.* 2v).

Para Barros (1540), assim como para os outros gramáticos supracitados, o conceito de ‘diçam’ tem em sua particularidade ser a unidade mínima de significado das línguas em geral, e da língua portuguesa também em particular. A gramática de Barros (1540) é descrita pelo próprio gramático como ‘preceptiva’, de tendências humanísticas e com finalidade pedagógica, em contraste com a gramática ‘especulativa’, de tendências medievais e com finalidade filosófica: «Nam segũdo conuẽ a órdẽ da Grãmatica especulatiua, mas como requẽre a preçeiitiua: usando dos termos da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar dela» (Barros, 1540). Nesse sentido a teoria do significado em sua gramática é simplificada, e esse comentário sobre a diferença entre gramática preceptiva e especulativa parece ser indiretamente uma crítica às especulações filosóficas encontradas na obra de Oliveira (1536), por exemplo, em que há uma teoria do significado mais aprofundada e uma discussão mais voltada à especulação do contraste entre o mundo real e a natureza da linguagem. Barros simplifica e sintetiza essas reflexões ao aderir ao modelo da gramática de língua latina e adaptá-lo para a língua portuguesa, tendo como modelo mais do que provável o método que Nebrija (1492) iniciou.



Assim, ao se configurar como um limite teórico para a teoria do significado, e mesmo do signo, o conceito de ‘diçam’ vincula a gramática humanística a uma determinada língua particular, isso porque os dois níveis que o antecedem, a letra e a sílaba, deixam de possuir caráter universal, ao ser adaptados para uma determinada língua específica, ainda que os grafemas tenham origem no sistema gráfico da língua latina. A ‘diçam’, da mesma forma, vincula-se diretamente ao significado específico e particular de uma dada língua, o que torna as gramáticas dos humanistas especializadas e particularizadas, autônomas das gramáticas de língua latina.

No caso da obra gramatical de Barros, os significados específicos das ‘dições’ em língua portuguesa possuíam um caráter social e histórico relativo ao reino de Portugal de sua época, em que ocorria o ‘uso’ da língua. Ao comentar sobre as ‘ethimologias’, o gramático emprega como referência a obra de S. Isidoro de Sevilha e argumenta que a origem das ‘dições’ na língua portuguesa está vinculada às relações do comércio ultramarino:

E pois Isidoro nas suas Ethimologias, â nã pode achar a muitas cousas: menos â daremos aos nössos uocábulos. Básta saber que temos latinos, arauigos, e outros de diuérnas nações que conquistamos e com quem tiuémos comércio: assy como elles tem outros de nós (Barros, 1540: fol. 3v).

A linguagem era considerada um veículo do significado, como pressupunha a teoria do conhecimento da época, pautada na epistemologia aristotélica, então vigente, que via no ser humano um animal político, e a língua expressão de uma determinada comunidade, de uma *pólis*, ou *respublica*.

Note-se que as ‘dições’ já eram categorizadas em um sistema formal herdado da gramática greco-latina rotulado como *partes orationis*, como visto em Nebrija, um sistema que também foi adotado por Barros na tradução e adaptação da metalinguagem: «Assy que podemos daquy entëder, ser a nóssa linguágem cõpósta destas noue pártes: Artigo, que é próprio dos Grægos e Hebreus, Nome, Pronome, Vérbo, Aduérbio, Partição, Cõiunçam, Preposição, Interieçam, que tem os latinos» (Barros, 1540: fol. 2v). O que é mais interessante de se notar, no processo de gramatização, é que todas as ‘dições’ em língua portuguesa já são classificadas em nove categorias pré-determinadas pela tradição greco-latina com uma influência do hebraico, sendo as três línguas sapienciais a base de formação teológica do contexto ocidental. As partes da oração são ‘dições’, ainda que nem todas possuam significado diretamente de modo isolado, como as preposições, por exemplo.

A relação entre ‘diçam’ e significado se dá a partir de outros dois conceitos, o de nome e o de verbo, que possuem uma centralidade em relação às outras dições:

E como pera o .iogo do enxedrez se requerẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas pëças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leyes do que cada hũa deue fazer (segundo o oficio que lhe foy dádo:) assy todalas linguágẽes tem dous reis, diferentes em género, & concordes ã oficio: a hũ chamã. Nome, e ao outro, Vérbo. Cada hũ destes reyes tẽ sua dama, à do nome chamam Pronome, & à do uérbo, Auérbio. Participio, Artigo, Coniunçam, Interieçã,



sam peças e capitães principais que debaixo de sua iurdiçam tẽ muita pionagem de dições, com que comũmente sèruem a estes dous poderosos reyes, Nome, & Vèrbo (Barros, 1540: fol. 2r).

Temos, dessa forma, uma hierarquização conceitual, em que o nome e o verbo, como entes absolutos, ‘regem’ as demais ‘dições’ da língua portuguesa como categorias auxiliares. Ao mesmo tempo, nome e verbo são também ‘dições’. Então, temos que todas as ‘dições’ que existem são sempre vinculadas ao nome ou ao verbo, nesse sistema de pensamento de Barros (1540), não sendo termos independentes, mas devem ser grafados na escrita individualmente como entidades categoriais, como partes de uma oração. O nome e o verbo são o centro do sistema gramatical descritivo do modelo de gramática dos humanistas.

O termo ‘diçam’ também é empregado como sinônimo de ‘vocábulo’ por Barros, que vincula à origem da ‘diçam’ em língua portuguesa também a outras línguas anteriores, a uma diacronia, percebendo o sistema de vocábulos da língua como algo dinâmico e vinculado a uma história de formação. Vejamos a citação em que o gramático define o que é ‘diçam’ de forma mais completa:

Da dicam.

Nesta terceira parte da nossa Gramática que é da diçam, a que os latinos chamam, Ethimologia, que quer dizer naçimẽto da diçã: se quisésemos buscar o fundamento e raiz donde ueeram os nossos uocábulos, seria ir buscar as fõtes do Nilo. E pois Isidoro nas suas Ethimologias, â nã pode achar a muitas cousas: menos â daremos aos nossos uocábulos. Bãsta saber que temos latinos, arauigos, e outros de diuér-sas nações que conquistamos e com quem tiuémos comérçio: assy como elles tem outros de nós. Ao presente leixãdas todolas coriosidãdes e questões sem fruto: digamos do Nome e das suas espécias, sem tratarmos da Ethimologia dos uocábulos (Barros, 1540: fol. 4v-5r).

Para Barros (1540), de acordo com o paradigma gramatical de sua época, seu modelo teórico vincula diretamente a ‘diçam’ à etimologia, isto é, o conceito está ligado a um ato de saber específico, que trata do ‘nascimento da diçam’, ou a origem das palavras em adequação teórica atual. Essa percepção de que a ‘diçam’ possui um ‘nascimento’ é muito interessante para se compreender o pensamento linguístico do gramático humanista, a ‘diçam’, pois, é tratada como um ente, como um ser, com existência física, o som, ou a ‘voz’, e uma existência metafísica, o significado, em uma dualidade que por analogia ao próprio ser humano podemos remeter à dualidade corpo e alma, encontrada na filosofia platônica, por exemplo, que foi muito influente no pensamento linguístico ocidental. Tratar a ‘diçam’ como um ente que nasce, vive e morre, de modo independente, isto é, possui uma temporalidade, é uma metáfora que demonstra como esses gramáticos percebiam a natureza dos nomes, tendo preservado alguns elementos do pensamento nominalista de Ockham, ou uma possível influência do pensamento de Lorenzo Valla (Auroux, 1992), em que o *usus* linguístico predominava sobre a *ratio*. Nesse aspecto, a etimologia, a teoria do ‘nascimento da dição’, poderia buscar a origem das palavras em outras línguas anteriores à língua portuguesa como o latim, por exemplo, sendo a tradição religiosa uma das fontes para as ‘dições’ em língua portuguesa, que são passadas de uma língua à outra.



4. O CONCEITO DE 'DIÇÃO/DICTIO' NA GRAMÁTICA DE ANCHIETA

Na obra gramatical de Anchieta, o conceito de dição aparece várias vezes em latim nas formas '*dictio, -onis*' e em português na forma 'dição', como encontrado na gramática Oliveira (1536). Para o gramático missionário, a 'dição' é também uma unidade com significado, um item lexical em termos contemporâneos por adequação teórica, como para Nebrija e Barros, não havendo grande discrepância em seu emprego do conceito gramatical em relação aos gramáticos supracitados anteriormente. A única diferença de sua gramática para as obras supracitadas é o fato de não fazer a definição dos conceitos teóricos, apenas os empregando, o que corrobora a hipótese de que não era uma gramática para principiantes, mas para leitores usuá-rios já especializados em gramática (Cavaliere, 2001). Como a sua edição se deu em Coimbra, é muito provável que o emprego da gramática se desse nesse contexto, para a formação de missionários que seriam enviados ao Brasil. Cumpre notar que o termo 'dição' é muito empregado por Anchieta, sendo bem produtivo na obra gramatical, e sempre empregado de modo generalista, sobretudo quando não há uma certeza sobre a categoria, ou parte da oração, a que corresponde a dição. Por esse motivo, cremos que a 'dição' é um instrumento para cumprir a tarefa da 'etimologia' humanística de se descobrir a categoria, ou 'parte da oração', a que pertence uma determinada 'dição', isto é, descobrir o seu valor como forma gramatical.

Anchieta emprega as partes da oração do sistema gramatical latino para descrever a língua tupinambá, todavia, a língua indígena, como sabemos hoje em dia, não é uma língua românica, nem uma língua indo-europeia, mas uma língua da família tupi-guarani, uma língua aglutinante, bem diferente das línguas da Europa. Esse fator torna o sistema greco-latino das oito partes da oração não tão próximo da língua particular que é objeto de sua gramática, e por essa indefinição, o gramático missionário opta por empregar mais o metatermo «dição» em suas análises oracionais do que os gramáticos anteriormente supracitados. No primeiro capítulo, é registrado o emprego do metatermo em latim: «Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis ferue, ç. com zeura, vt Açô, çatâ» (Anchieta, 1990 [1595]: fol. 1r). Anchieta afirma que em toda a «dição» do tupinambá ele emprega o grafema ç, c com 'zeura', para transcrever o fonema /s/, com valor de uma sibilante surda, dando como exemplo um verbo: *a-só* (eu vou) e um nome: *s-atá* (fogo dele) na língua tupinambá.

Já no segundo capítulo, há outros dois registros do metatermo em sua versão latina: «Da mesma maneira o P. in medio dictionis, fica em mb: pofto absolute in principio, vt Apâ, acabome, Mbába, acabamento, pro Pába, etc.» (Anchieta, 1990 [1595]: fol. 2v) e «Conforme a isto nunca se pronuncia B. in principio dictionis sem m» (Anchieta, 1990 [1595], fol. 2v). No décimo quinto capítulo, o metatermo em latim aparece flexionado no plural: «De, E. infine dictionum» (Anchieta, 1990 [1595]: fol. 53v).

Já a forma portuguesa registrada é 'dição', que surge desde o capítulo primeiro: «Não ha hũa confoante continuada com outra na mesma dição: excepto, mb. nd. ng. vt *Aimombôr, Aimondô, Aimeêngs*» (Anchieta, 1990 [1595], fol. 1r). A forma também é citada de modo recorrente no capítulo segundo: «q as dições in principio



tomadas absolute fe pronunção com m. vel, mb. vt *Mó*, vel *mbó*, *Manus*» (Anchieta, 1990 [1595]: *fol.* 2v), e também:

¶ No meyo da dição tambem fe poem, b. poft, m. & he mais cõmum pronunçiação como nos verbaes, Timára, Timába, Timbára, Timbába” (Anchieta, 1990 [1595], *fol.* 2v), e “D. in principio dictionis nunqua se pronũcia fem, n. atraz, ou n. fomentes tirado o D. vt *ndé*, vel *né*, tu” (Anchieta, 1990 [1595]: *fol.* 3r).

Nos demais capítulos da gramática o termo é também largamente empregado.

À primeira vista, o gramático missionário emprega o termo muito mais do que Nebrija, Oliveira e do que Barros, isso se dá pelo fato de que a gramatização da língua tupinambá diferia da gramatização das línguas românicas, como o castelhano e o português, que eram apoiadas no léxico do latim. Dessa forma, havia uma tendência de uma determinada palavra em latim manter a sua categoria de ‘parte da oração’ quando trazida para a língua portuguesa, por exemplo.

No caso da gramatização da língua tupinambá no século XVI, entre os primeiros passos desse processo estava o trabalho etimológico de se estabelecer se um determinado grupo de sons formava uma ‘dição’, para, em seguida, determinar a sua categorização no sistema de ‘partes da oração’ greco-latino. Como havia grandes diferenças entre a língua tupinambá e as línguas indo-europeias, o gramático missionário preferia muitas vezes apenas citar a identificação de uma ‘dição’, sem vincular a uma determinada parte da oração como categoria etimológica para a descrição das regularidades da língua, ou as regras gramaticais.

Vejamos um excerto do segundo capítulo a fim de exemplificar esse processo de análise linguística do século XVI:

¶ C. com zeura, onde não fe muda em, r. item, x. cõmunicafe muitas vezes com nd. precedente, m. in vltima syllaba, o qual fe faz cõmummente nos verbos neutros feitos actiuos, com, *mo*, vt *açô*, *amondô*, pro *amoçô*, *oçôc*, *omondôc*, pro *omoçôc*. Se o verbo he repetido não fe muda mais que o immediato ao, *mo*, vt *oço çoc*, *omondo çoc*. x vt *mixuí*, *minduí*.

¶ C. fem zeura, ou, que qui, que he o mefmo, cõmummente fe muda em, ng. precedendo, m. n. ou til, como nesta composição dos verbos neutros cõ, *mo*, vt *aicô*, *aimoingó*, *aquêr*, *amonguêr*, *quiâ*, *aimonguiâ*.

Item noutras dições compoſtas, vt *Ain*, *catú*, compoſto, *aingatú*, *airumô*, *airumóngatú*, *amanô*, *amanóngatú*, *ainupa*, *ainupāgatú*, &c (Anchieta, 1990 [1595]: *fol.* 3v-4r)¹.

Ç com cedilha /s/, onde não se muda em /r/, nem em /ch/, também se comunica muitas vezes com /nd/, precedendo /m/ na última sílaba, o qual se faz comumente nos verbos neutros feitos ativos, com /-mo-/ , como [a-só] (eu vou), [a-mo-ndó] (eu faço vir) em lugar de [a-mo-só]; [o-sók] (ele fere), [o-mo-ndok] (ele faz ferir),

¹ Apresentamos uma tradução para o português moderno apenas para auxiliar a leitura dos itens lexicais na língua tupinambá, traduzidos de acordo com Anchieta, 1990 [1595].

em lugar de [o-mo-sok]. Se o verbo é repetido não se muda mais que o imediato ao /-mo-/ , como [o-só sok] (ele vai ferir), [o-mo-ndo sok] (ele faz vir ferir), também em /ch/, como [mixu'u] (mordido), [mindu'u] (faz ser mordido).

C sem cedilha, ou /ke/ ou /ki/, que é o mesmo, comumente se muda em /ng/, prece-dendo /m/, /n/ ou til, como nesta composição dos verbos neutros com /-mo/, como [a-ikó] (eu estou), [a-i-mo-ngó] (eu faço estar); [a-ker] (eu durmo), [a-mo-nguer] (eu faço dormir); [kúá] (passar), [a-i-mo-nguiá] (eu faço passar). Do mesmo modo em outras dições compostas, como [a-ín katu] (eu estou bem), composto [a-ín-gatu]; [a-irumô] (eu aumento), [a-irumô-gatu] (eu aumento bem); [a-manô] (eu morro), [a-manô-gatu] (eu morro bem); [a-i-nupã] (eu bato), [a-i-nupã-gatu] (eu bato bem) etc) (Navarro, 2013).

No excerto, Anchieta demonstra como o morfema /-mo/ altera radicais verbais terminados em /s/ e /k/, o morfema é relativo ao verbo causativo na língua tupinambá, segundo Aryon Rodrigues (1952). O fenômeno de mudanças fonéticas atinge também algumas 'dições' compostas de /katu/ (muito), que alterna com a forma /gatu/. Essas mudanças fonéticas descritas na gramática do missionário se dão pelo emprego da categoria de verbo, uma 'dição' específica, uma parte da oração definida, e pelo termo 'dição', como parte da oração indefinida, quando o fenômeno é notável em diversas categorias de partes da oração, como verbos e nomes, por exemplo. Nesse sentido, nota-se que toda 'parte da oração' é uma 'dição', sendo a 'dição' um termo com significado definido, mas com a forma indefinida, o que é determinado pela prática da etimologia quinhentista que buscava enquadrar as unidades de significado, as 'dições', como 'partes da oração'.

O processo linguístico e gramatical empregado pelo gramático missionário é bem simples, em relação à etimologia. Os metatermos mais comuns das partes da oração são utilizados quando identificados: verbos, nomes, entre outros. No caso da passagem supracitada vemos a descrição de mudanças fonéticas na conjugação verbal da língua tupinambá, em que o emprego do termo 'dições' no final do excerto vincula-se à descrição do verbo, como um conceito generalista. Assim, para o gramático missionário, o emprego do termo 'dição' com um valor generalista é um método para se chegar às 'partes da oração' da língua tupinambá, isto é, um modo para adaptar as categorias greco-latinas para a língua indígena do Brasil. Note-se que essas categorias gramaticais eram consideradas formas imutáveis, logo quando uma 'dição' era qualificada como verbo ou nome, por exemplo, esse era um processo de fixação da norma gramatical, um fato mais fácil de ser notado nas línguas românicas, que eram consideradas extensão do latim, do que em línguas como o tupinambá, por exemplo, gramatizado no mesmo modelo por Anchieta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, temos que o conceito de *dictio* / *dición* / *diçã* / *dição* configurou-se como um importante instrumento para a gramatização nos séculos XV e XVI. Pudemos notar nas gramáticas estudadas que o conceito era um instrumento da prática etimológica dos humanistas, que buscavam compreender



a natureza dos significados nas línguas naturais antes de categorizar os itens lexicais em partes da oração pelo modelo gramatical greco-latino. Na gramática de Nebrija, pudemos perceber como era a teorização do conceito de *dición* que concorria com o conceito de *palabra*, este último ainda em uso até os dias de hoje, contínuo.

Já nas obras gramaticais de Oliveira e de Barros, o conceito de ‘dição / diçam’ é adaptado para a língua portuguesa, com uma forte herança greco-latina, assim como encontrado na obra gramatical de Nebrija. A ‘diçam’ era um conceito indefinido para agrupamento de itens lexicais, que eram posteriormente categorizados nas ‘partes da oração’, e Barros adapta o sistema gramatical greco-latino para o emprego de nove partes da oração, mesclando o sistema dos gramáticos gregos e dos latinos para a descrição da língua portuguesa. Note-se que uma vez que uma ‘diçam’ era categorizada etimologicamente e vinculada a uma parte da oração pela gramática, essa categorização era permanente, tornando o item lexical parte da gramática da língua portuguesa em um significado gramatical.

Por fim, vimos o emprego do termo ‘dição’ na gramática de Anchieta. Como nas gramáticas de Nebrija, Oliveira e Barros, apresenta-se como um metatermo generalista, logo o gramático missionário o emprega para explicitar regularidades gramaticais que atingem mais do que uma das partes da oração, como no excerto citado de sua obra. O metatermo ‘dição’ é hierarquicamente anterior às categorias das partes da oração, se vinculando diretamente à prática etimológica dos gramáticos do Renascimento, que buscavam categorizar os significados e ordená-los. O gramático missionário segue esse modelo para a gramatização da língua tupinambá, seguindo a gramatização do castelhano e do português como modelos anteriores, ainda que a língua indígena do Brasil quincentista seja de uma família linguística diversa.

Desse modo, pudemos notar, pelo exame do conceito de *dictio* no contexto do humanismo renascentista, tal como formulado nas gramáticas de Antonio de Nebrija, Fernão de Oliveira, João de Barros e José de Anchieta, que a palavra é concebida como unidade autônoma de significado, um *signum* dotado de relativa estabilidade semântica e ancorado no modelo greco-latino, tomado como paradigma normativo. Nesse horizonte, o estudo etimológico procura determinar o valor ‘verdadeiro’ de um conjunto de sons por meio da comparação interna entre *dictiones* e da comparação entre línguas, reconhecendo empréstimos e filiações, mas frequentemente pressupondo uma concepção estável e quase absoluta do significado. Tal perspectiva, embora fundamental na transição da metalinguagem latina para as línguas românicas, revela também a tensão entre uma semântica essencializante e a natureza dinâmica dos usos linguísticos. Ao mesmo tempo, a análise historiográfica dessas gramáticas permite repensar criticamente a constituição das descrições morfológicas contemporâneas, muitas vezes ainda fundadas em critérios predominantemente semânticos, mostrando como categorias atuais herdadas, sob nova formulação, pressupostos conceituais sedimentados na tradição humanista.

Pudemos, por fim, notar que o metatermo ‘dição’ teve um emprego bem específico nas gramáticas citadas, constituindo-se como elemento-chave da metalinguagem renascentista. Sua vinculação com as partes da oração é patente, como um conceito arquetípico do qual deriva toda a estruturação do sistema gramatical que se embasa na oposição entre nome e verbo, que são também ‘dições’. As demais



partes da oração, por sua vez, derivam dessa oposição nome e verbo, como visto na gramática de Barros (1540). Buscamos com esse estudo resgatar os significados da metalinguagem quinhentista e trazer uma melhor compreensão da história do pensamento linguístico nos contextos ibérico e luso-brasileiro.

RECIBIDO: enero 2026; ACEPTADO: febrero 2026.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, J. DE (1990) [1595]: *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, A. CARDOSO, Loyola, São Paulo.
- AUROUX, S. (1986): «Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques», *Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage*, (1^{re} série) 7: 1-26. DOI: <https://doi.org/10.3406/hel.1986.3346> [27/02/2026].
- AUROUX, S. (1992): *A revolução tecnológica da gramatização*, Editora da Unicamp, Campinas.
- BARROS, J. DE (1540): *Grammatica da lingua portuguesa, apud Lodouicum Rotorigiu[m]*, Typographum, Olyssipone. http://clf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm [27/02/2026].
- BATISTA, R. O. (org.) (2019): *Historiografia da Linguística*, Contexto, São Paulo.
- BECHARA, E. (2009): *Moderna gramática portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- BUESCU, M. L. C. (1984): *Historiografia da Língua Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa.
- CAVALIERE, R. (2001): «Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI», *Revista portuguesa de humanidades* 5 (1-2): 11-21.
- CURIEL, M. (2022): «Etimología τ dicción en la obra castellana de Nebrija: los accidentes de especie y figura y su continuidad en la teoría gramatical», J. G. ASENCIO - C. Q. VAN DEN BERGHE, *Antonio de Lebrixa «Grammatico» en su medio milenio*, Universidad de Salamanca, Salamanca, pp. 167-201.
- KALTNER, L. F. (2020): «Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)», *Revista da ABRALIN* 19 (1): 1-25. <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1379> [09/11/2022]. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1379>.
- KOERNER, E. F. K. (1996): «Questões que persistem em historiografia linguística», *Revista da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística)* 2: 45-70.
- KOERNER, E. F. K. (2014): *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*, Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real.
- MARÇALO, M. (2008): «Dição, vocábulo ou palavra: reflexões para uma Teoria da Linguagem em Fernão de Oliveira», *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português* 35-36: 29-36.
- NAVARRO, E. (2013): *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*, Global, São Paulo.
- NEBRIJA, A. DE (1992) [1492]: *Gramática sobre la lengua castellana*, M. Á. ESPARZA - R. SARMIENTO, Fundación Antonio de Nebrija-SGEL, Madrid.
- OLIVEIRA, F. DE (1975) [1536]: *Gramática da linguagem portuguesa*, introdução, leitura actualizada e notas por M.^a L. C. BUESCU, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.
- SWIGGERS, P. (2013): «A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização», *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português* 44-45: 39-59.
- ZWARTJES, O. (2011): *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil*, John Benjamins, Amsterdam.



